

Correlação entre CSTs Atuais e CSTs da Reforma Tributária

Introdução

A Reforma Tributária traz os novos tributos IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) que substituirão diversos impostos:

- **IBS:** substituirá o ICMS (estadual) e o ISS (municipal)
- **CBS:** substituirá o PIS, COFINS e parte do IPI (federais)

Esta tabela apresenta uma correlação entre os códigos atuais (incluindo os do Simples Nacional) e os novos, baseada na similaridade das operações tributárias.

Tabela de Correlação: CST ICMS → CST IBS

Regime Normal (Não-Simples)

CST ICMS Atual	Descrição ICMS	CST IBS Provável	Descrição IBS	Observações
00	Tributada integralmente	000	Tributação integral	Operações normais tributadas integralmente
10	Tributada e com cobrança do ICMS por substituição tributária	620	Tributação monofásica	Similar ao conceito de responsabilidade tributária
20	Com redução da base de cálculo	210/220	Alíquota reduzida ou fixa	Operações com redução de tributação
30	Isenta ou não tributada e com cobrança do ICMS por substituição tributária	400/620	Isenção/Tributação monofásica	Combina isenção na operação atual e substituição
40	Isenta	400	Isenção	Operações isentas
41	Não tributada	410	Imunidade e não incidência	Operações sem incidência tributária
50	Suspensão	550	Suspensão	Operações com suspensão do imposto
51	Diferimento	510	Diferimento	Operações com imposto diferido
60	ICMS cobrado anteriormente por ST	620	Tributação monofásica	Operações subsequentes à cobrança monofásica
70	Com redução da BC e cobrança do ICMS por ST	210/620	Alíquota reduzida/Tributação monofásica	Combina redução e substituição
90	Outras	900	Outros	Demais operações não classificadas

Simples Nacional (CSOSN)

CSOSN Atual	Descrição CSOSN	CST IBS Provável	Descrição IBS	Observações
101	Tributada pelo Simples Nacional com permissão de crédito	000	Tributação integral	Operação tributada com permissão de crédito
102	Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito	000	Tributação integral	Operação tributada sem permissão de crédito
103	Isenção do ICMS no Simples Nacional para faixa de receita bruta	400	Isenção	Operações isentas no Simples
201	Tributada pelo Simples Nacional com permissão de crédito e com cobrança do ICMS por ST	620	Tributação monofásica	Com permissão de crédito e ST
202	Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito e com cobrança do ICMS por ST	620	Tributação monofásica	Sem permissão de crédito e com ST
203	Isenção do ICMS no Simples Nacional para faixa de receita bruta e com cobrança do ICMS por ST	620	Tributação monofásica	Combina isenção e substituição tributária
300	Imune	410	Imunidade e não incidência	Operações imunes
400	Não tributada pelo Simples Nacional	410	Imunidade e não incidência	Operações não tributadas
500	ICMS cobrado anteriormente por ST ou por antecipação	620	Tributação monofásica	Operações subsequentes à ST
900	Outros	900	Outros	Demais operações não classificadas

Tabela de Correlação: CST PIS/COFINS → CST CBS

Regime Normal (Não-Simples)

CST PIS/COFINS Atual	Descrição PIS/COFINS	CST CBS Provável	Descrição CBS	Observações
01	Operação Tributável com Alíquota Básica	000	Tributação integral	Tributação normal
02	Operação Tributável com Alíquota Diferenciada	011	Tributação com alíquotas uniformes reduzidas	Alíquotas específicas
03	Operação Tributável com Alíquota por Unidade de Medida de Produto	620	Tributação monofásica	Tributação específica por unidade
04	Operação Tributável Monofásica - Revenda a Alíquota Zero	620	Tributação monofásica	Revenda após tributação monofásica
05	Operação Tributável por Substituição Tributária	620	Tributação monofásica	Responsabilidade tributária
06	Operação Tributável a Alíquota Zero	200	Alíquota zero	Operações com alíquota zero
07	Operação Isenta da Contribuição	400	Isenção	Operações isentas
08	Operação sem Incidência da Contribuição	410	Imunidade e não incidência	Operações sem incidência
09	Operação com Suspensão da Contribuição	550	Suspensão	Operações com suspensão
49	Outras Operações de Saída	900	Outros	Demais operações não classificadas
50-66	Operações de Entrada com direito a crédito	000	Tributação integral	Com aproveitamento de crédito
70-75	Operações de Entrada sem direito a crédito	410	Imunidade e não incidência	Sem aproveitamento de crédito
98	Outras Operações de Entrada	900	Outros	Demais operações de entrada
99	Outras Operações	900	Outros	Demais operações não classificadas

Simples Nacional (PIS/COFINS)

CST PIS/COFINS Simples	Descrição PIS/COFINS no Simples	CST CBS Provável	Descrição CBS	Observações
99	Outras Operações (geralmente usado pelo Simples Nacional)	900	Outros	Empresas do Simples geralmente usam CST 99

Observações Importantes sobre o Simples Nacional

- Tratamento no Simples Nacional:** No sistema atual, empresas optantes pelo Simples Nacional:
 - Utilizam CSOSN em vez de CST ICMS
 - Geralmente utilizam CST 99 para PIS/COFINS
- Tratamento no Novo Sistema Tributário:** No sistema da Reforma Tributária:
 - O Simples Nacional continuará existindo como regime diferenciado
 - Pequenas empresas terão tratamento específico para fins de IBS e CBS
 - Os regimes de apuração simplificada serão mantidos
- Período de Transição:**
 - Empresas do Simples Nacional entrarão no novo sistema a partir de 2027
 - O regime continuará com apuração unificada, mas incorporando os novos tributos
- Peculiaridades e Considerações:**
 - Os novos códigos CST-IBS/CBS se aplicarão a todos os contribuintes, incluindo os do Simples Nacional
 - Pode haver códigos específicos adicionais para o Simples na regulamentação final
 - As correspondências apresentadas são aproximadas e poderão ser ajustadas

Observações Gerais

- Esta correlação é uma aproximação baseada na natureza das operações, uma vez que ainda não existe uma tabela oficial de correspondência.
- A Reforma Tributária traz alguns novos conceitos e tratamentos tributários que não existiam anteriormente, como:
 - Códigos específicos para operações com reduções percentuais padronizadas (30%, 60%, etc.)
 - Tratamento simplificado para operações imobiliárias
 - Códigos especiais para determinados setores como educação, saúde e agroindústria
- A aplicação dos novos códigos poderá variar conforme a regulamentação específica que será detalhada nos próximos anos.
- Durante o período de transição (2026-2033), ambos os sistemas coexistirão, exigindo atenção especial dos contribuintes para a correta aplicação dos códigos.

5. Essa correlação deve ser utilizada apenas como referência inicial, sendo necessária a consulta à legislação específica assim que estiver disponível.